



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10640.720165/2007-02
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 3301-004.091 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 24 de outubro de 2017
Matéria PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO
Recorrente U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Data do fato gerador: 07/04/2006

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVO.

Não se toma conhecimento de recurso intempestivo.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário juntado aos autos, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Luiz Augusto do Couto Chagas - Presidente.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Antonio Carlos da Costa Cavalcanti Filho - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luiz Augusto do Couto Chagas (Presidente), José Henrique Mauri, Marcelo Costa Marques D'Oliveira, Liziane Angelotti Meira, Renato Vieira de Avila, Antonio Carlos da Costa Cavalcanti Filho, Semíramis de Oliveira Duro e Valcir Gassen.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra o Acórdão nº 08-32.088, proferido pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Fortaleza.

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório constante do acórdão recorrido, em parte:

Trata o presente processo de Auto de Infração para constituição do crédito tributário no valor de [...], em decorrência de insuficiência de recolhimento da COFINS- Importação no valor [...] e juros de mora respectivos, no valor total de [...]; PIS/PASEP –Importação, no valor de [...] e juros de mora respectivos, no valor total de [...], na importação através da DI 06/0400935-0, registrada em 07/04/2006, de 6(SEIS) unidades de pneumáticos radiais para DUMPERS com seção de largura 37.00 para aro de diâmetro R57 XDM B4 E4R TL (12336210388G-5532111038S), concebidos para serem usados fora de rodovias, com classificação na Tarifa (sic) Externa Comum sob o código NCM 4011.63.10.

Destaca a fiscalização:

De acordo com petição em Mandado de Segurança vinculado ao processo nº 2005.38.01.006227-5 da 3ª Vara da Justiça Federal - Subseção Judiciária de Juiz de Fora - MG, a interessada manifesta discordância com o recolhimento, questionando a base de cálculo das contribuições, onde sustenta que a Lei 10.865/2004 destoou do texto constitucional ao especificar a base de cálculo das contribuições, esbarrando no disposto nos art. 98 e 110 do CTN, ao definir o valor aduaneiro, e, ainda, no art. 154, I, da CF, e no art. VII do GATT, onde resta estabelecido que tal valor deve corresponder ao valor real da mercadoria importada. Contudo, tomou a iniciativa de depositar em juízo através de Documento para Depósito Judicial, os valores das contribuições por ele questionada (Cópia de documentação anexada a este Auto de Infração).

O citado acórdão decidiu pela improcedência da impugnação, assim ementado:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Data do fato gerador: 07/04/2006

AÇÃO JUDICIAL. CONCOMITÂNCIA DE PEDIDO. RENÚNCIA À INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA.

A opção pela via judicial quanto à discussão acerca da inconstitucionalidade da inclusão de ICMS, bem como do PIS/PASEP e da COFINS na base de cálculo das referidas contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens, importa renúncia à instância administrativa, tornando definitiva, nesta esfera, a discussão da matéria *sub judice*.

Impugnação Não Conhecida

Crédito Tributário Mantido

Desta decisão a contribuinte foi cientificada por decurso de prazo de 15 dias a contar da disponibilização dos documentos através de sua caixa postal eletrônica (fl. 91), em 22/01/2015.

Consta, também, que, o Contribuinte acessou o teor da intimação de resultado de julgamento, em na data 19/02/2015 (fl. 92).

Já em 18/03/2015, o Contribuinte acessou o teor da Carta/aviso de Cobrança (fl. 92).

Em 25/02/2015, solicitou juntada de recurso voluntário (fl. 101).

É o relatório.

Voto

Conselheiro Antonio Carlos da Costa Cavalcanti Filho, Relator.

Preliminar de tempestividade

Conforme relatado, a autuada fora cientificada do acórdão de primeira instância, em 22/01/2015, por decurso de prazo de 15 dias a contar da disponibilização dos documentos em caixa postal eletrônica no e-CAC, nos termos do art. 23, §2º, III, "b", do Decreto nº 70.235/72.

Em 23/02/2015, passados trinta dias da ciência, prazo previsto no art. 33 do mesmo Decreto, não tendo a recorrente apresentado recurso, o que somente ocorreu em 25/02/2015, não restou alternativa, a não ser o não conhecimento do recurso voluntário, por intempestividade.

(ASSINADO DIGITALMENTE)

Antonio Carlos da Costa Cavalcanti Filho - Relator